

# **O PIBID E A MEDIAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO. COMO O PROGRAMA DE BOLSAS DE INICIAÇÃO A DOCÊNCIA PODERÁ CONTRIBUIR NO PROCESSO DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

José Claudio Rosa da Silva<sup>1</sup>  
Inácia Edileusa Dantas  
Geraldo Dias da Cunha Neto  
Soraya N. Santos Pereira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo de verificar de que forma está se dando a educação inclusiva no ensino regular da Escola Estadual João Godeiro no município de Patu - RN. A ideia do tema se deu por essa problemática surgir no contexto das vivências do PIBID dos cursos de Pedagogia e Matemática com o Subprojeto Interdisciplinar instalado esse ano na escola. Com o propósito de apreender os modos de como professores e alunos estão vivenciando o processo inclusivo nessa escola, optamos por realizar uma pesquisa de campo, de cunho qualitativo, onde foram colhidos dados dos ambientes escolares, das práticas pedagógicas dos professores e equipe pedagógica e acompanhamento das famílias por meio de entrevistas e observações, considerando-se tanto o fazer pedagógico dos professores, quanto os princípios que regem o processo da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. A partir das análises dos dados constatou-se que a escola não está preparada, porém está se preparando e se equipando para atender a esse público. A escola já conta com rampas, barras e sala de equipamentos, o principal entrave ainda se consiste na barreira atitudinal. Por essa razão o trabalho se encerra mostrando como o Programa de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID poderá contribuir para que a escola possa ofertar uma educação de qualidade também para os alunos especiais, com perspectivas de abordar a temática na formação dos bolsistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** PIBID, Inclusão, Escola.

---

<sup>1</sup> Bolsistas do Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência.

<sup>2</sup> Professora Mestre em Psicologia Social da UERN, Coordenadora de Área do SubProjeto Interdisciplinar UERN/CAP.

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais tem sido marcada por muitas lutas e conquistas que podem garantir mais oportunidade de acesso aos direitos das pessoas com necessidades especiais, no entanto a inclusão é um assunto que traz questões que ainda estão em aberto. Observamos que a construção de uma educação inclusiva acontece por intermédio das convivências diárias de cada escola e de uma sociedade que participa ativamente, representando uma mudança sem precedentes na história da educação.

A comunidade escolar passa por um processo que requer muito de nossa atenção e disposição para enfrentar as mudanças que são necessárias para que venhamos a ter uma escola verdadeiramente inclusiva em uma sociedade na qual a exclusão de gêneros, raça, posição social ou deficiência física e/ou mental sejam minimizadas. Claro que nosso maior desejo é que esta exclusão deixe de existir um dia não tão distante. Percebemos que na atualidade, a inclusão dos diferentes, especialmente os deficientes ainda se dá de forma precária.

Diante do contexto social atual em que se encontra todos os profissionais, em especial os professores, todos deverão estar preparados para receber pessoas e alunos com necessidades educacionais especiais, e assim oferecer uma educação com qualidade através do Atendimento Educacional Especializado – AEE utilizando-se de ferramentas didáticas que possam ajudar e contribuir para o ensino-aprendizagem desses alunos. Ao refletirmos sobre a atuação do professor e a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais, vem-nos a seguinte indagação: como os professores e alunos têm vivenciado esse processo de inclusão? Seguindo nessa linha de pensamento, foi feita uma pesquisa a partir de algumas experiências obtidas com professores e a escola, tendo como objetivo apreender os modos como os professores e alunos estão vivenciando o processo de inclusão na escola.

O artigo está organizado em três etapas. Na primeira, analisamos as contribuições de alguns teóricos que nos auxiliam a discutir sobre o processo da inclusão no ensino regular. Na segunda parte do trabalho apresentaremos os resultados da pesquisa que nos levaram a entender como tem acontecido a mediação dos sujeitos que estão envolvidos com a inclusão e finalizaremos tecendo algumas considerações sobre como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID poderá contribuir para que a escola venha a se tornar mais inclusiva e igualitária.

## **2. O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO**

Segundo Bersch e Schirmer (2005), o desafio da educação inclusiva introduz no âmbito da educação brasileira um novo conceito e prática; por isso, é correto defini-la como um processo que se desenvolve com a participação de todos os integrantes da escola, abordando uma nova forma de reconstrução da prática pedagógica, das políticas e leis da cultura, tendo em vista que todas contribuem para que haja inclusão de alunos na escola e que isso possibilite suas vivências a fim de responder á diversidade destes indivíduos em particular. Nessa visão social do desenvolvimento, Tunes (2003) salienta que os deficientes devem ser incluídos nos espaços e nas relações sociais, assim, a educação é vista como um instrumento indispensável para a inclusão e o desenvolvimento da pessoa com deficiência. A educação inclusiva, foi considerada por muito tempo como uma educação separada, vale ressaltar que a segregação da sociedade acontecia principalmente por meio da família, pois, este grupo sempre foi considerado o primeiro ambiente a praticar a exclusão.

Isso é notório, basta observar através das atitudes de superproteção ou até mesmo através das atitudes de rejeição que leva ao impedimento dessas crianças e até mesmo adultos a frequentarem a escola. São consideradas por seus próprios parentes como incapazes de progredir intelectualmente no ensino-aprendizagem. Segundo Tunes (2003, p.7):

(...) se falamos de inclusão escolar de pessoas deficientes é porque elas são excluídas do processo de escolarização. (...) As pessoas excluídas da escola apresentam os mais variados tipos de anomalias, distúrbios ou disfunções: defeitos de visão ou audição, distúrbios da fala e tantos outros que seria quase impossível enumerá-los.

Isso implicará em algumas reflexões como, por exemplo, dos espaços nas escolas que por muitas das vezes funciona para exclui os deficientes, sendo eles os que mais necessitam de assistência devido a problemas no seu desenvolvimento cognitivo. Na verdade os ambientes precisam priorizar aqueles que têm alguns tipos de distúrbio, seja mental ou físico. No nosso país um marco de extrema importância foi à elaboração de algumas políticas com o intuito de trabalhar para construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos de acordo com a Constituição Federal, de 1988, que objetiva assegurar o bem de todos sem exceção, preconceitos e/ou discriminação.

Em seu artigo 205 a constituição prevê o direito de todos à educação, e no artigo 208 ela prevê o atendimento educacional especializado a pessoas com necessidades especiais, nas escolas de ensino regular. Estes artigos pressupõem que todos têm os mesmos direitos de acesso e permanência a educação em uma rede regular de ensino, com pessoas de sua faixa etária, e que as escolas recebam esses alunos e valorizem as diferenças. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) sugere uma educação de escolarização dos alunos em todas as etapas e níveis de ensino e ultrapasse os padrões tradicionais. Propõe uma educação que não venha excluir os alunos pelas suas diferenças ou limitações e sim que possa incluí-los a partir de suas potencialidades. No que diz respeito à educação especial, no artigo 58, dessa mesma constituição, estabelece a dicotomia entre ensino regular e especial criando a modalidade de educação especial, lembrando no artigo 58 (BRASIL, p. 142) que “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”.

As escolas atuais têm nas mãos o desafio não só incluir as pessoas de todas as classes ou gêneros e com necessidades especiais tanto nos aspectos físicos quanto nos sociais, mas também acadêmicos que garantam sua aprendizagem efetiva. Batista e Mantoan apontam com relação aos alunos com deficiência mental (2007, p.16)

Na verdade, não corresponder ao esperado pela escola pode acontecer com todo e qualquer aluno, mas os alunos com deficiência mental denunciam a impossibilidade de a escola atingir esse objetivo, de forma tácita. Eles não permitem que a escola dissimule essa verdade.

O que podemos observar é que uma vez que estes alunos têm um desenvolvimento que exige maior atenção em virtude da sua dificuldade de construir conhecimento e, dependendo de sua condição físicas ou mentais, demonstrar sua capacidade cognitiva, é necessário um trabalho planejado que demanda maior tempo e envolvimento, o que vem em contraponto com a maioria das escolas em que sua grande parte ainda prega modelos da homogeneidade e conservadorismo de ensino. Como salientam Batista e Mantoan (Op. Cit.) mais uma vez se referindo os alunos com deficiência mental, mas que não deixa de ter sua contribuição em linhas gerais

O caráter meritocrático, homogeneizador e competitivo das escolas tradicionais oprimem o professor, reduzindo-o a uma situação de isolamento e impotência, principalmente frente aos seus alunos com deficiência mental, pois são aqueles que

mais “entram” o desenvolvimento do processo escolar, em todos os seus níveis e séries.

Diante da situação em que nos encontramos a saída que a maioria dos profissionais da educação tem encontrado é desligar-se desses alunos que não acompanham as turmas tidas como normais, encaminhando-os para qualquer outro lugar que saiba como lidar com eles. Diante destas práticas algumas escolas resolveram buscar por soluções alternativas que pudessem atender a todos os alunos indistintamente, envolvendo adaptações de currículo, atividades e avaliação diferenciada para os alunos com deficiência, mas isso também não resolveu o impasse, pois o professor está interferindo de fora o que supõe que eles não sejam capazes de aprender (BATISTA; MANTOAN, 2007, p. 17).

O que se deseja de fato é o perfeito entendimento de que a aprendizagem é uma ação individual e heterogênea que parte do próprio sujeito que independe de sua condição intelectual ser ou não privilegiado. Batista e Mantoan defendem (2007, p. 17) que “ao invés de adaptar e individualizar/diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças”.

### **3. OBSERVANDO PARA PODER CONTRIBUIR**

Na tentativa de apreender os modos de como professores e alunos vivenciam o processo inclusivo na Escola Estadual João Godeiro, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo.

Para a coleta de dados observamos a escola, suas dependências e estrutura física. Também realizamos entrevistas com três professores, a coordenadora pedagógica e a diretora da escola e por último foram realizadas visitas aos lares desses, cerca de três alunos para se ter uma conversa informal com os pais e/ou responsáveis sobre o desenvolvimento do aprendiz dos mesmos depois de estarem frequentando a escola de ensino regular mesmo apresentado deficiência mental comprovado no ato da matrícula.

Em linhas gerais, o que podemos observar diante da análise das observações das dependências e estrutura física da escola foi que a mesma ainda não está plenamente permitindo a acessibilidade garantida por Lei; No que se refere aos recursos pedagógicos, falta material de apoio, não há capacitação para professores e equipe pedagógica. Essa ausência piora ainda mais quando são (e estão sendo) atreladas a ideologia da maioria dos

educadores que ainda acreditam que a separação sempre será o melhor caminho para a educação desses alunos “especiais”. O discurso é sempre o mesmo, aceitam em suas turmas os alunos “diferentes”, porque reconhecem ser um direito deles, porém alegam não poder fazer nada além do carinho e atenção dados a todos. Reconhecem-se alheios as realidades de cada aluno e salientam que sem a devida ajuda, não poderão fazer mais nada.

Durante as visitas na casa desses alunos podemos constatar que, apesar de amarem muito seus filhos, os pais não possuíam preparo algum para lidar com a deficiência dos mesmos. Frisaram que se tivessem condições financeiras colocariam seus filhos em escola preparadas, ou seja, separada para o atendimento a esse público. Então a matrícula foi feita, não para garantir o direito, mas como sendo a única alternativa. Esse desconhecimento de como lidar com alunos com necessidades educacionais especiais não atinge apenas os profissionais da educação, mas também a população em geral. Claro que a escola tem de chegar primeiro na resolução do problema, tendo em vista a importância do seu papel na formação das massas.

Outro fator importante observado e faz até com que possamos entender um pouco da indignação dos professores foi com relação ao material de apoio. Até o ano de 2013 a escola não dispunha de sala de recursos, mas agora em 2014 a escola já dispõe de uma sala equipada para atender a esses alunos, mas o problema ainda permanece, pois os materiais por si só jamais realizarão o serviço.

#### **4. O PIBID E A MEDIAÇÃO NA INCLUSÃO ESCOLAR**

Sabemos que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência – PIBID tem como objetivo principal incentivar a iniciação a docência com o intuito de fornecer aos docentes maior preparo para sua prática pedagógica nas escolas públicas, dando a esses discentes a oportunidade de viverem experiências que servirão de subsídios para futura atuação, visando a elevação da qualidade da educação básica no país. Nesse sentido, a contribuição do PIBID para acelerar o processo de inclusão no espaço escolar é fundamental.

Aos bolsistas são solicitados: vivências e participações em reuniões dos professores, diretores, coordenadores pedagógicos e professores; discussões de como trabalhar com os alunos e até mesmo a sua permanência na escola. Estas atribuições consistem na primeira grande contribuição à escola e no que diz respeito ao ato de incluir, conhecer a realidade de cada ator da escolar já pode ser considerado um passo largo no caminho da inclusão.

Aos alunos da UERN/CAP Subprojeto Interdisciplinar foi solicitado a realização de entrevistas com professores que acompanham alunos deficientes, tendo em vista conhecer como se dá esse acompanhamento com esse aluno, suas respostas acerca da inclusão na escola regular são imprescindíveis para auxiliar na construção de materiais e estratégias de ensino. Além da realização de entrevistas com os alunos com deficiência objetivando saber como se sentem nesse espaço escolar.

A educação inclusiva de alunos com necessidades educacionais especiais está muito aquém, pois, segundo os professores, o governo pensou nela, porém jogou de cima para baixo colocando a responsabilidade na escola e nos professores, como se apenas estes pudessem promover a inclusão. Os pibidianos poderão auxiliar os professores nessa reflexão sobre o como fazer, pois é inevitável a presença desses alunos em nossas escolas. Sabemos que tanto o governo, a escola, a família e toda sociedade tem um papel fundamental para que se tenha uma educação mais inclusiva.

Com relação à escola como um todo, elas precisam ser adaptadas ainda mais e esse não será o papel do PIBID, porém sabemos que de nada adiantará escolas adaptadas e equipadas sem profissionais devidamente qualificados para este fim. A partir dessa pesquisa o Subprojeto PIBID Interdisciplinar UERN/CAP auxiliará na amenização da barreira atitudinal que insiste em permanecer nas escolas, pois percebemos nas falas dos professores, que a inclusão ainda está engatinhando e que precisa ser repensada as políticas que intervêm para que essa educação seja realizada da forma correta.

Sabemos que cabe ao sistema de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/interprete de Libras, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Mas será que temos que parar esse processo nas escolas porque o governo ainda não alocou tais profissionais, ou podemos encontrar formas de driblar essa dificuldade com o auxílio dos pibidianos?

Em uma escola puramente inclusiva, a integração e não a competição é a medida utilizada para incentivar a aprendizagem. Cada aluno deve receber condições para conhecer o seu próprio processo de aprendizagem, suas características e necessidades. Ter conhecimento de seus limites e, como meta, a superação dos mesmos (LOMBARDI, 2003).

Estudos tem comprovado a importância do lúdico na aprendizagem dos alunos. Sabendo disso, considera-se como uma alternativa bastante viável e interessante a utilização dos jogos didáticos pensados e produzidos para fins específicos, pois este material pode

preencher muitas lacunas deixadas pelo processo de transmissão-recepção de conhecimentos, favorecendo a construção pelos alunos de seus próprios conhecimentos num trabalho em grupo respeitando o desenvolvimento cognitivo e o ritmo de cada indivíduo.

Outra ferramenta que poderá ser utilizada são os materiais manipulativos. Os alunos bolsistas poderão auxiliar em pontos como a seleção e utilização dos mesmos materiais que são usados para o ensino de alunos com visão normal, como os blocos lógicos, material dourado, cuisinare e outros para trabalhar com alunos cegos ou de baixa visão; adaptação e/ou alteração de alguns materiais que já existem no mercado, como por exemplo o baralho de cartas, o metro, a balança, os mapas de encaixe, os jogos e outros e por ultimo a confecção ou construção de materiais com o uso de tachinhas, chapinhas, barbantes, cola quente, botões e outros com a finalidade de facilitar o aprendizado desses alunos.

Não podemos esquecer-nos das novas tecnologias em mídias da educação. Muitos professores ainda não as dominam e alguns se dizem enferrujados para lidarem com elas, mas essas ferramentas de maneira alguma poderão deixar de serem utilizadas. Tendo em vista que os jovens têm uma facilidade maior de lidar com elas, os alunos de graduação poderão servir de ponte entre os professores supervisores e as novas tecnologias, não só para trabalharem com os alunos com necessidades educacionais especiais, mas também para o seu próprio crescimento profissional.

## **5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Os dados obtidos e analisados nesta pesquisa apontam para um aspecto de extrema importância para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Nos mostra que devemos trilhar novos caminhos educacionais, pensando e repensando não somente na alfabetização e letramento deles, como também na modificação do currículo das escolas de ensino regular para que possam atender adequadamente as outras habilidades que o aluno com deficiência apresenta (artes, música, dança) e com um novo olhar sobre o papel do educador como forma de repensar sua prática pedagógica com vistas ao atendimento de todos os alunos, sejam alunos “normais” ou com necessidades especiais.

As experiências proporcionadas pelo PIBID auxiliarão os professores no processo de inclusão. Permitira a consolidação de vivências no espaço escolar que levarão a efetivação no processo de formação destes como docentes, contribuindo significativamente para uma reflexão crítica do papel de cada um deles na escola que hora se apresenta cheia de desafios,

assim como futuros professores, permitindo discussões de temas que permeiam a educação e os espaços escolares e também a busca por possíveis e viáveis soluções para estes problemas.

## 6. REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político- Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria de Educação Especial. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010, p 09-26.
- CARNEIRO, M. A. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva:** artigo a artigo. IN: Moaci Alves Carneiro. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. IN. Roberto Jarry Richardson; Colaboradores José Augusto Souza Peres (et al). 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- BERSCH, R. & SCHIRMER, C. In: **Ensaio Pedagógico:** Construindo Escolas Inclusivas. Ministério da educação. Secretaria de Educação especial. Brasília, DF, 2005.
- TUNES, E. Por que falamos de inclusão? **Linhas Críticas.** Brasília, v. 9, n. 16, jan/jun, 2003.
- LOMBARDI, J. C. **Temas de Pesquisa em Educação.** São Paulo: Autores Associados, 2003.